

SUMÁRIO

01

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO ATO AO PROCESSO 23

Odete Medauar

1. Considerações preliminares 23
2. O ato administrativo na concepção clássica 24
3. Expansão da concepção clássica..... 29
4. Panorama dos dados geradores de mudanças em concepções do
Direito Administrativo 31
5. A pregação em favor do processo administrativo 33
6. Dúvidas quanto a características do ato administrativo 35
7. Dúvidas quanto à centralidade do ato administrativo 38
8. Entendimento doutrinário no sentido da centralidade do proces-
so administrativo..... 39

9. Existe figura central no Direito Administrativo? Pode-se aventar de figura central ou tema central, na atualidade?	40
10. Conclusão	42

02

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO E A INCONSTITUCIONALIDADE DE UM “DIREITO DE PROTOCOLO” EM MATÉRIA DE POLÍTICA URBANA	45
--	-----------

Arícia Fernandes Correia

1. Contextualização.....	45
2. Processo Administrativo-Urbanístico de Licenciamento para Construir. Fase Introdutória ou Postulatória equiparada ao “Direito de Protocolo”. Desvio de Finalidade do Processo	50
3. Década de 70 do Século XX: Licença para Construir: ato discricionário ou vinculado – uma discussão ultrapassada: posições do STF e do STJ	52
4. Constituição de 1988, Política Urbana, Planejamento Urbano e Processo Administrativo Urbanístico.....	59
5. Primeira Quinzena do Século XXI: a ressurreição do “direito de protocolo” e o desvio de finalidade do processo administrativo urbanístico	61
6. Processo Administrativo Carioca de Licenciamento para Construir no Município do Rio de Janeiro	64
7. Mais que diálogo, debate plural.....	65
8. Reflexões Finais.....	66
Referências	69

03

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O DEVIDO PROCESSO LEGAL MATERIAL, O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E A SÚMULA VINCULANTE Nº 05 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ...	71
--	----

Cristiana Fortini

1. Introdução	71
2. Princípios do contraditório e da ampla defesa	72
3. O “devido” processo “legal”	78
4. Processo administrativo disciplinar e o obséquio aos princípios da eficiência, moralidade e indisponibilidade do interesse público	82
5. A indispensabilidade de advogado nos processos administrativos disciplinares.....	89
6. A súmula vinculante nº 05 do Supremo Tribunal Federal.....	89
7. Considerações finais.....	91
Referências	92

04

PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E A LEI 9.784/1999	95
--	----

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

1. Introdução	95
2. Precedentes administrativos: conceito e características	96
3. Precedentes administrativos e a Lei 9.784/1999	98
4. A teoria dos precedentes administrativos no Direito comparado e no Brasil	102

5. Autovinculação e os precedentes administrativos.....	106
6. Precedentes judiciais e administrativos no Brasil: a aproximação entre o <i>common law</i> e o <i>civil law</i>	110
7. Requisitos para aplicação dos precedentes administrativos.....	116
8. Conclusões.....	120
Bibliografia.....	120

05

A BOA-FÉ E AS “DECISÕES-SURPRESA” NO PROCESSO ADMINISTRATIVO	125
---	------------

Fernando Menezes de Almeida

Guilherme Jardim Jurksaitis

Ingrid Garbuio Mian

1. Introdução	125
2. A boa-fé no Direito Administrativo	126
3. As expressões da boa-fé no processo administrativo.....	128
4. A boa-fé no processo administrativo a partir de regras do Código de Processo Civil.....	136
5. Um caso de “decisão-surpresa”: mudança de rumo?.....	142
Referências	150

06

ATOS ADMINISTRATIVOS REGULATÓRIOS E O PAPEL DA ANATEL NA PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA	153
--	------------

Alexandre Santos de Aragão

1. O poder regulatório outorgado à ANATEL e a proteção da concorrência.....	153
2. Consequências da natureza do ato administrativo regulatório	162
3. Preferência às soluções <i>inter partes</i>	168

07

A CONVERGÊNCIA ENTRE COOPERAÇÃO PROCESSUAL E CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA, NA GESTÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	175
--	------------

Jessé Torres Pereira Junior

Thaís Marçal

1. Introdução	175
2. O princípio da cooperação	177
3. A administração dialógica.....	179
4. Síntese conclusiva	183
Referências	185

08

PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS SEM CONCURSO PÚBLICO: REFLEXÕES SOBRE DECLARAÇÃO DE NULIDADE, PRAZO E SEGURANÇA JURÍDICA	189
---	------------

Emerson Garcia

1. Aspectos introdutórios.....	189
2. Modo de provimento dos cargos e empregos públicos.....	191

3. O concurso público no direito brasileiro.....	198
4. Não atendimento à exigência do concurso público: consequências.....	201
5. A fraude praticada pelo candidato no concurso público e o decurso do tempo	205
6. Epílogo.....	212
Referências bibliográficas	213

09

O PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E ITALIANO SOB UMA PERSPECTIVA COMPARADA: RECEPÇÃO DE MODELOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	215
---	------------

Farlei Martins Riccio de Oliveira

1. Introdução	215
2. Origem, funções e estrutura normativa.....	217
3. Elementos inovadores da lei italiana: acordos, conferência de serviço e autocertificação de atividades	224
3.1. O acordo integrativo e substitutivo.....	224
3.2. A conferência de serviço	225
3.3. A autocertificação de início de atividade.....	227
4. A recepção dos institutos da Lei 241/90 e o aperfeiçoamento do processo administrativo brasileiro.....	229
5. Considerações finais.....	239
Referências	240

10

A LEI 9.784/99 E O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO 243

Gustavo da Gama Vital de Oliveira

1. Introdução	243
2. Aplicação subsidiária da Lei 9.784/99 e do CPC ao processo administrativo tributário	244
3. O art. 50 da Lei 9.784/99 e a motivação no processo administrativo tributário.....	246
4. Ampla defesa e o limite temporal de apresentação das provas documentais.....	248
5. Ônus da prova.....	251
6. A prova emprestada	254
7. Conclusões.....	257
Bibliografia.....	258

11

REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO 259

Fábio Zambitte Ibrahim

1. Introdução	259
2. Existe um Processo Administrativo Previdenciário?	261
3. Aplicabilidade no Novo CPC ao Processo Administrativo Previdenciário – Fundamento e Hipóteses.....	266

3.1. Fundamento	266
3.2. Hipóteses	272
4. Conclusão	276
Bibliografia.....	277

12

A EVOLUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: DA NOÇÃO DE PROCESSUALIDADE À EFICIÊNCIA, CONSENSUALIDADE E ATUAÇÕES MECANIZADAS.....	279
---	------------

Rafael Wallbach Schwind

1. Introdução	279
2. A noção de processualidade ampla e sua relevância no atual estágio de evolução do direito administrativo	280
2.1. A ausência de preocupação com o processo administrativo nos primórdios do direito administrativo	281
2.2. Mudança de foco: a atuação estatal processualizada	282
2.3. O processo administrativo e as pautas contemporâneas do agir da Administração.....	283
3. A relevância do processo administrativo para os direitos fundamentais.....	284
3.1. A dimensão procedimental dos direitos fundamentais	285
3.2. Direitos fundamentais e as normas reguladoras do processo administrativo.....	286
3.3. A variabilidade procedimental.....	287
4. A preocupação com a aceleração do processo administrativo	288

4.1. O processo administrativo eficiente	289
4.2. A razoável duração do processo	291
4.3. Mecanismos de aceleração do processo administrativo.....	292
5. A atuação concentrada de vários órgãos ou entidades da Administração.....	295
6. A processualidade na atuação administrativa consensual.....	299
7. A atuação de particulares como parciais condutores de atos inseridos no processo administrativo	302
8. Atuações mecanizadas.....	304
9. Encerramento	305
Referências bibliográficas	306

13

REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	309
--	------------

Vitor Rhein Schirato

1. Introdução	309
2. O Direito Administrativo Atual: da unilateralidade à concertação.....	310
3. O Dever de Processualização da Ação Administrativa	317
4. A Presunção de Legitimidade em um Contexto Processualizado...	326
5. Conclusão	332
BIBLIOGRAFIA	333